

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA: Direito dos Povos da Floresta

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS

PROFESSOR: DANIEL SILVA MENDANHA

SEMESTRE: 2025/2

EMENTA:

Ementa: Estudo jurídico dos direitos dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, extrativistas e demais comunidades tradicionais da floresta. Análise da Constituição Federal de 1988, da legislação infraconstitucional e dos tratados internacionais de proteção aos direitos territoriais, culturais, ambientais e à autodeterminação desses povos. Enfoque nos conflitos fundiários, na proteção do meio ambiente e na efetivação dos direitos sociais dessas populações, considerando os princípios do pluralismo jurídico e da dignidade da pessoa humana. Conceito e caracterização dos povos e comunidades tradicionais da floresta. Povos indígenas: conceito jurídico, identidade étnica e direito ao território. Quilombolas: autoidentificação, titulação de terras e políticas públicas. Comunidades extrativistas, ribeirinhas e tradicionais: reconhecimento e proteção. Constituição de 1988 e os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas. Convenção nº 169 da OIT e outros tratados internacionais. Pluralismo jurídico, autodeterminação e consulta prévia, livre e informada. Marco temporal e jurisprudência do STF sobre demarcação de terras. Conflitos socioambientais, grilagem e criminalização das lideranças. Direitos culturais, ambientais, sociais e de acesso à justiça. Políticas públicas, ações afirmativas e mecanismos de proteção institucional. Papel do Ministério Público, Defensoria Pública e organizações da sociedade civil. Perspectivas interdisciplinares e abordagem intercultural do Direito.

OBJETIVO:

Estudar os direitos territoriais, culturais e ambientais das populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas e tradicionais, compreendendo os mecanismos de proteção jurídica e os desafios da efetivação de seus direitos constitucionais.

JUSTIFICATIVA:

A disciplina "Direito dos Povos da Floresta" surge da necessidade de compreender e proteger juridicamente a diversidade étnica, cultural e socioambiental das populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e demais comunidades tradicionais da floresta brasileira. Essas populações desempenham papel fundamental na preservação dos biomas e na manutenção de modos de vida sustentáveis, sendo, no entanto, historicamente marginalizadas e vulnerabilizadas por conflitos fundiários, interesses econômicos e omissões estatais.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco na afirmação dos direitos territoriais e culturais desses povos, mas sua plena efetivação ainda encontra desafios políticos, institucionais e jurídicos. A disciplina propõe uma abordagem crítica e interdisciplinar, analisando as normas constitucionais, infraconstitucionais e internacionais aplicáveis, com ênfase no pluralismo jurídico, no direito à autodeterminação e na consulta prévia, livre e informada, conforme a Convenção nº 169 da OIT.

Além disso, pretende sensibilizar os estudantes para os conflitos socioambientais contemporâneos, como a grilagem, o avanço do agronegócio sobre territórios protegidos, a criminalização de lideranças

tradicionais e a discussão do marco temporal. A disciplina valoriza também a atuação de instituições como o Ministério Público, a Defensoria Pública e as organizações da sociedade civil no acesso à justiça e na implementação de políticas públicas de proteção a esses grupos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1º BIMESTRE**

Unidade 1 – Introdução ao Direito dos Povos da Floresta

Conceitos de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e comunidades tradicionais
Reconhecimento jurídico e identidade étnica
Diversidade sociocultural e os modos de vida tradicionais

Unidade 2 – Fundamentos Constitucionais e Internacionais

Constituição Federal de 1988: direitos originários e fundamentais
Convenção nº 169 da OIT e outros tratados internacionais
Princípios do pluralismo jurídico, da dignidade da pessoa humana e da autodeterminação

Unidade 3 – Direitos Territoriais

Terras tradicionalmente ocupadas: conceito, natureza jurídica e demarcação
Titulação de territórios quilombolas e unidades de conservação de uso sustentável
Marco temporal e jurisprudência do STF

Unidade 4 – Direitos Culturais, Ambientais e Sociais

Patrimônio cultural e modos de vida tradicionais
Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao uso sustentável dos recursos naturais
Acesso à educação, saúde, trabalho e segurança alimentar

2º BIMESTRE

Unidade 5 – Conflitos Socioambientais e Criminalização

Grilagem de terras, mineração e grandes empreendimentos
Criminalização de lideranças e movimentos sociais
Violências estruturais e ambientais

Unidade 6 – Mecanismos de Proteção e Acesso à Justiça

Papel do Ministério Público, Defensoria Pública e advocacia popular
Consulta prévia, livre e informada
Políticas públicas, ações afirmativas e instrumentos jurídicos de proteção

Unidade 7 – Perspectivas Interdisciplinares e Interculturalidade no Direito

Interculturalidade e epistemologias jurídicas dos povos da floresta
Direito comparado e experiências latino-americanas
Descolonização do saber jurídico e novas formas de efetivação de direitos

PROPOSTA METODOLÓGICA:

Aulas teóricas; aulas expositivas dialogadas; estudos dirigidos em sala de aula e debates.

Recursos Didáticos e Tecnológicos

Projeter multimídia;
Computador;
Quadro branco.

Proposta de Avaliação do Processo de ensino e Aprendizagem: Do

Ensino

- Pela observação do grau de interesse dos alunos no aprendizado;
- Pela capacidade de articulação entre a teoria e a prática dos procedimentos propostos;
- Pelo acompanhamento nas resoluções dos exercícios e nas atividades propostas;
- Pela avaliação do docente.

Da aprendizagem

Atividade I: Aplicação de prova individual (equivalente a 100% da nota);

Atividade II: Avaliação formativa: Através da aplicação de exercícios, estudos de casos, testes individuais e/ou em grupos (equivalente a 100 % da nota)

Atividade III: Prova Individual, (equivalente a 100% da nota)

Observação: Média Final: média aritmética da Atividade I + Atividade II + Atividade III

Bibliografia Básica

DIAS, Mônica Nazaré Picanço; BENTES, Dorinethe dos Santos; CHAVES, Luiza Lydia Arruda da Silva Cabral (org.). **Direito transnacional, globalização e sustentabilidade na Amazônia**. Belo Horizonte, MG: Dialética, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/216724>. Acesso em: 13 ago. 2024.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito ambiental**. 6. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/217107>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MAZZAROTTO, Ângelo de Sá. **Direito e legislação ambiental**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188229>. Acesso em: 13 ago. 2024.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Responsabilidade civil ambiental: uma breve introdução**. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/217093>. Acesso em: 13 ago. 2024.

AUGUSTIN, Sérgio; CUNHA, Belinda Pereira da. **Diálogos de direito ambiental brasileiro**.

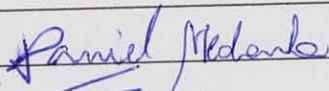
1. ed. Porto Alegre: Educsc, 2012. E-book. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5716>. Acesso em: 13 ago. 2024.

CURI, Denise (org.). **Gestão ambiental**. São Paulo: Pearson, 2012. E-book. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3018>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FERREIRA, Lucas. **Legislação penal especial**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book.
Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209327>. Acesso em: 13 ago. 2024.

VAL, Eduardo Manuel; MONTERO, Carlos Eduardo Peralta; AVZARADEL, Pedro Curvello Saavedra (org.); LEITE, José Rubens Morato (coord.). **Direito constitucional ambiental: desafios e perspectivas para a América Latina e o Caribe**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2023. E-book. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/214495>. Acesso em: 13 ago. 2024.

ASSINATURA DO PROFESSOR:



ASSINATURA COORDENADOR:

